

DINÂMICA LINGUÍSTICA E DESCRIÇÃO GRAMATICAL

Christos CLAIRIS

Université René Descartes (Paris V)

A reflexão a que nos convida o título desta conferência vai no sentido de tentar ver de que forma a dinâmica linguística pode ser levada em conta numa descrição gramatical. Podemos aliás perguntar-nos desde logo se, do ponto de vista da prática pedagógica, tal é ou não desejável. É igualmente importante prever qual seria o impacto de uma tal opção nas atitudes sociais e culturais dos utilizadores de uma gramática elaborada nesta perspectiva.

Estas considerações merecem alguns esclarecimentos, que apresentarei de acordo com o seguinte plano:

- a) reflectir, em primeiro lugar, sobre o próprio termo gramática, ver quando foi forjado, seguir a sua trajectória histórica das origens até aos nossos dias;
- b) de seguida, tentar clarificar o que entendemos por dinâmica e qual a sua importância para a compreensão do funcionamento das línguas;
- c) finalmente, tentar mostrar que o conceito de gramática não deve ficar obrigatoriamente preso a uma visão estática e que, pelo contrário, uma visão dinâmica não é incompatível com uma gramática que procura integrar os conhecimentos da linguística moderna.

a) O termo "gramática"

Importa sublinhar, desde já, que o termo gramática é do conhecimento comum. Se perguntarmos a qualquer pessoa, não especialista, se sabe o que é a "mecânica celeste", ela provavelmente hesitará em responder que sim. Pelo contrário, toda a gente tem pelo menos a impressão de saber o que é uma gramática. Quando dizia a pessoas sem qualquer formação específica que ia para a Patagónia, Ilha de Páscoa ou Alto Planalto chileno para estudar as línguas autóctones que aí se falavam, elas manifestavam, na maioria das vezes, surpresa e perguntavam: "mas essas línguas têm gramática?" Apesar do nível elementar da sua escolaridade, supunham, pois, saber o que era uma gramática, a ponto de recusarem a sua existência em certas línguas.

Com isto quero dizer que a gramática faz parte da nossa cultura geral, que ela é um "produto" que, de certa forma, diz respeito a um público vasto. Podemos perguntar-nos de onde deriva esta familiaridade com o termo.

A resposta ou elementos de resposta encontram-se no facto de, durante vinte e dois séculos, as reflexões sobre a língua se terem cristalizado na gramática, que se tornou, via educação, no seu meio de transmissão a todos os membros da sociedade. A gramática surgiu, antes de mais, como uma *techne*. Em cada época ela é o lugar de aplicação técnica do conjunto dos conhecimentos sobre a análise da língua. No mesmo sentido em que as conquistas teóricas das ciências exactas, ditas ciências puras ou ciências duras, deram lugar ao desenvolvimento de uma tecnologia cujos produtos fazem parte do nosso quotidiano, a reflexão teórica sobre as línguas encontrou a sua manifestação técnica na elaboração das gramáticas.

Dizer que a gramática é um produto técnico não é uma metáfora. A primeira gramática da tradição ocidental, que devemos a Dionísio de Trácia (século II A.C.), tinha justamente como título *techne grammatike* e os gramáticos eram então chamados *técnicos* (τεχνικός, lat. *technicus*). Se insisto em apresentar a gramática como uma conquista tecnológica é para pôr em evidência que a esse título ela faz parte dos factores que exercem influência na gestão e organização da vida em sociedade.

Um dos exemplos mais evidentes do que acabei de defender é o facto de as gramáticas constituírem um factor importante na constituição dos estados/nações na Europa. Uma língua nacional precisa de uma gramática para cumprir o objectivo de se tornar factor de coesão e de construção de identidade. É a partir de 1492, ano da descoberta da América, ano durante o qual Elio Antonio de Nebrija publica a gramática do castelhano, que se começam a redigir as gramáticas das línguas vernaculares. De 1492 a 1586 onze línguas europeias recebem a sua primeira descrição gramatical. Entre elas conta-se a *Grammatica da lingoagem portuguesa* de Fernão de Oliveira,¹ publicada em 1536.

Como sublinha Swiggers,² “Cette mise en grammaire des langues européennes (et des langues de leurs colonies) s’inscrivait dans un programme politique, de centralisation du pouvoir et de revendication de droits territoriaux. La mise en grammaire des langues au XVIe siècle est donc une affaire de politisation: il s’agit de codifier la langue de la nation, d’en faire un instrument administratif (et politique), et d’y associer – par l’écrit – les langues subjuguées. Cette revendication d’un principe de territorialité (acquise) au plan linguistique est en même temps un moyen pour régler les contacts commerciaux.”

Na mesma linha de ideias, pode-se mencionar o papel desempenhado pela gramática ao longo de toda a Idade Média, época na qual a escolástica se apoiou constantemente na *grammatica speculativa* dos modistas. É claro que mais perto de nós não esqueço a “Grammaire de Port Royal” (1660) cuja influência se mantém nos nossos manuais escolares contemporâneos.

¹ “Fernão de Oliveira (1507-1580/81), diplomate, voyageur et polygraphe. A sua *Grammatica da lingoagem portuguesa* (1536) est un ouvrage composite, qui combine un traité d’orthographe avec une analyse fonctionnelle des unités et des catégories du portugais, basée sur l’usage (coutume).” (Pierre SWIGGERS, *Histoire de la pensée linguistique. Analyse du langage et réflexion linguistique dans la culture occidentale de l’Antiquité au XIXe siècle*, Paris, PUF, 1997, p. 174-75.)

² Pierre SWIGGERS, *Histoire de la pensée linguistique. Analyse du langage et réflexion linguistique dans la culture occidentale de l’Antiquité au XIXe siècle*, Paris, PUF, 1997, p. 158-159. Ver também Jean STEFANINI, *Histoire de la grammaire*, Paris, Éditions CNRS, 1994.

Se é certo que a gramática foi sempre um produto intelectual que respondeu a uma necessidade social, a finalidade que os seus autores lhe atribuíram não foi sempre a mesma. Isto é obviamente compreensível e ilustra a dialéctica existente entre a evolução social e a da gramática; diria mesmo que a gramática se faz à imagem e semelhança da sociedade, mas exerce, ao mesmo tempo, influência sobre a evolução dessa mesma sociedade à qual continua ligada.

Segundo a *Techne* – a primeira gramática da tradição ocidental – de Dionísio de Trácia,³

“La grammaire est la connaissance empirique de ce qui se dit couramment chez les poètes et les prosateurs.

Elle a six parties: premièrement, la lecture experte respectueuse des diacritiques; deuxièmement, l’explication des tropes poétiques présents (dans le texte); troisièmement, la prompte élucidation des mots rares et des récits; quatrièmement, la découverte de l’étymologie; cinquièmement, l’établissement de l’analogie; sixièmement, la critique des poèmes – qui est, de toutes les parties de l’art, la plus belle.”

É por demais evidente a influencia da *Téchné*. Jean Lallot⁴ precisa que “En domaine grec, la fortune de la *T* se mesure au fait que, pendant huit siècles, la majeure partie de l’activité des grammairiens a été consacré à **la commenter**.” Em todo o caso, três séculos mais tarde a finalidade dos gramáticos continua a mesma: “l’explication des textes poétiques”. Assim o sublinha, ao longo do seu tratado sobre a sintaxe, Apolónio Díscolo, gramático alexandrino do séc. II da nossa era, grande teorizador da sintaxe:⁵

“L’étude qui va suivre maintenant embrassera la construction qui assemble ces formes pour aboutir à la congruence de la phrase complète; mon propos est d’exposer le sujet à fond, car c’est absolument nécessaire à l’explication des textes poétiques.”

Na Idade Média a gramática acompanha todo o movimento escolástico e é difícil penetrar a história do pensamento medieval sem ter em conta o papel desempenhado pela *grammatica speculativa*,⁶ a gramática dos modistas. (*modus essendi, modus intellegendi, modus significandi*).

O facto de, no séc. XVI, as gramáticas se encarregarem das línguas vernaculares visa, entre outros objectivos, apoiar o ensino de uma língua como língua estrangeira. John Palsgrave,⁷ que foi o tutor de Maria Tudor, irmã do rei, redige, em 1530, a primeira gramática do francês *Lesclairissement de la langue francoyse* com o intuito de elaborar os melhores materiais didácticos para o ensino do francês. A sua intenção, segundo as suas próprias palavras, era fazer com que “the frenche

³ Jean LALLOT, *La grammaire de Denys de Thrace*, Paris, Editions de CNRS, 1989.

⁴ Idem, *Ibidem*, p. 31.

⁵ Apollonius DYSCOLE, *De la construction (syntaxe)*, Introduction, texte et traduction par Jean Lallot, 2 volumes, Paris, J. Vrin, 1997, p. 96.

⁶ Geoffrey BURSILL-HALL (éd), *Thomas of Erfurt: grammatica speculativa*, London, Longman, 1972, p. 96.

⁷ Gabriele STEIN, *John Palsgrave as renaissance linguist*, Oxford, Clarendon Press, 1997, p. 50.

tonge may hereafter by others the more easely be taught/also be attained vnto by suche/ as for their tymes therof shalbe desyrus" (p. 50).

A gramática tornou-se, desta forma, um utensílio destinado a ajudar os falantes a melhorar o seu domínio de uma língua, a fim de satisfazerem as suas necessidades de comunicação. Quer se trate da sua própria língua materna quer de uma língua estrangeira, os falantes de uma língua esperam que a gramática responda às suas dúvidas:

Do ponto de vista "passivo", desejam que a gramática lhes ofereça os meios para compreenderem tudo o que podem ouvir ou ler.

Do ponto de vista "activo", exigem da gramática as directrizes que lhes permitam ultrapassar as dificuldades que a língua lhes oferece e os ajudem a exprimir-se em todas as situações de forma adequada.

A tarefa principal, o desafio para toda a teoria linguística é a elaboração de gramáticas, no sentido em que estas representam a síntese entre o conhecimento científico e as necessidades sociais, especialmente nas tarefas educativas, quer se trate da língua materna, quer de línguas estrangeiras. O funcionalismo linguístico, cujos princípios me esforçarei por apresentar, encarrega-se desta tarefa, tentando melhorar os modelos existentes.⁸ Trata-se de uma tarefa difícil, pois deve-se conseguir pôr à disposição de um vasto público o resultado dos avanços teóricos, em linguagem clara, de forma a ser entendido e vencer maus hábitos e ideias preconcebidas.

b) O nosso quadro teórico e a dinâmica linguística

A pedra angular de todo o edifício funcionalista é o princípio da pertinência.⁹ Este princípio impõe, para além da determinação de um objecto de estudo, a adopção de um **ponto de vista**. Isto significa que, face à realidade física de um objecto determinado, é necessário escolher o que corresponde à pertinência, estabelecida daí em diante para a disciplina em causa. Desta forma, por exemplo, um elemento como a água pode, segundo o ponto de vista adoptado, ser estudado tanto em química como em física, nas ciências da alimentação ou ainda noutras ciências.

A linguagem humana pode também ser objecto de estudo de diversas disciplinas, uma das quais é a linguística. O que diferencia a linguística – especialmente a linguística funcional – da maioria das outras disciplinas e lhe confere a sua especificidade, é que ela se encarrega do estudo das línguas adoptando o princípio da pertinência na comunicação. Quer isto dizer que se considera como central e decisiva a capacidade que as línguas têm de assegurar a comunicação entre os seres humanos,

⁸ Cf. André MARTINET (dir.), *Grammaire fonctionnelle du français*, Paris, Didier, 1979; Fernand BENTOLILA, *Grammaire du berbère*; Christos CLAIRIS et Georges BABINIOTIS em colaboração com Amalia MOZER, Aikaterini BAKAKOU-ORFANOU et Stavros SKOPETEAS, *Γραμματική τής Νέας Ελληνικής. Δομολεειτουργική – ΕΠικοινωνιακή – I. Το όνομα τής Νέας Ελληνικής*. ("Gramática do Grego Moderno. Estrutural, Funcional e Comunicacional. I. O nome em grego moderno"), Atenas, Ellinika Grammata, 1996; Jorge Morais BARBOSA et alii, *Gramática Funcional do Português* (em preparação).

⁹ O conceito de "pertinência" proposto por André Martinet é a tradução do termo "relevanz" que se deve ao austríaco Karl Bühler.

o que não significa que a comunicação seja a única função das línguas e muito menos que as línguas sejam o único meio de comunicar. Tal ideia significa simplesmente que, para determinar o que é propriamente linguístico, de todos os aspectos da realidade física da linguagem, se leva em conta o que contribui de alguma forma para a comunicação, isto é, o que é pertinente, e se deixa a outras disciplinas a tarefa de estudar o resto. A aplicação do princípio da pertinência conduz ao estabelecimento de uma **hierarquia funcional** dos factos linguísticos.

A observação e o **respeito dos factos** constituem um outro princípio fundamental da atitude funcionalista. Uma tal atitude leva à rejeição de todo o apriorismo e ao reconhecimento da importância de uma base empírica na pesquisa. Cultiva-se em permanência uma relação dialéctica entre os factos observáveis e a teoria linguística. Toma-se como linha de conduta que, em caso de divergência entre os factos e a teoria, será evidentemente esta última que deverá mudar e não o inverso. Desta forma, pratica-se uma linguística constantemente aberta à realidade e pronta para, a todo o momento, reconsiderar as suas posições teóricas, se novos factos assim o exigirem. Assumir tal abertura pressupõe grande prudência face às posições universalistas. Com efeito, apesar da definição de língua postulada como o único axioma da teoria, não se coloca nenhuma outra proposição teórica como exigência de universal absoluto.

Por outro lado, a definição de uma língua como **instrumento de comunicação duplamente articulado e de carácter vocal** tem várias consequências importantes, entre as quais mencionarei aqui as seguintes:

– a linguística, como as ciências da natureza, tem as suas **próprias unidades** e estas são de dois tipos: a) unidades distintivas e discretas que, ainda que não tenham sentido próprio, contribuem para a elaboração do sentido; b) unidades significativas mínimas constituídas pela união de uma forma fónica – o significante – e de um sentido – o significado. Para as identificar empiricamente deve-se observar uma diferença de forma que corresponda a uma diferença de sentido. Aceitar operar com dois tipos de unidades mínimas – fonemas e monemas – é uma exigência de rigor à qual o linguista não deve nem pode escapar;

– as unidades linguísticas adquirem o seu valor por oposição, isto é, não como simples realidades físicas, mas como unidades funcionais no interior do sistema;

– o carácter vocal de uma língua impõe a linearidade, cujo resultado é o desenvolvimento de uma **sintaxe**. A sintaxe não se concebe como uma combinatória mas como um programa que permite estabelecer as relações entre as unidades significativas, de tal maneira que a mensagem corresponda à experiência que se quer transmitir. A sintaxe tem como objectivo o estudo das **relações** que as unidades estabelecem entre si no discurso, mas não é a única a indicar estas relações. O significado das unidades significativas, o contexto linguístico e a situação extralinguística desempenham um papel importante. A especificidade da sintaxe, em relação, por um lado, à semântica e à pragmática, e, por outro, à morfologia, manifesta-se através de marcas linguísticas formais que servem para indicar as relações das unidades entre si. A posição das unidades – quando ela é pertinente –, a existência das classes sintácticas e o emprego de monemas especializados em indicar o tipo de relação entre dois monemas pertencem à forma. Por outras palavras, a sintaxe funcional, que se quer

autónoma, tem por objectivo a identificação das formas linguísticas que indicam as relações das unidades entre si. Para que haja sintaxe é necessário que haja marca de **crystalização sintáctica**.

– a linguística funcional assume o carácter social da linguagem com tudo o que isso implica. As línguas concebem-se como entidades que comportam nelas próprias a heterogeneidade – isto é, a variação – ou, por outras palavras, a heterogeneidade é qualquer coisa de inerente às línguas. “As línguas mudam porque funcionam”, gosta de repetir Martinet. Cada língua apresenta em sincronia zonas de maior ou menor estabilidade a todos os níveis. A dialéctica permanente entre as variações sempre presentes é o mecanismo fundamental que assegura a mudança, isto é, a evolução das línguas, por vezes o seu nascimento ou a sua morte. Em consequência, é necessário prever os meios teóricos e metodológicos para desvendar e pôr em relevo a dinâmica existente em pura sincronia. Naturalmente, factores externos participam plenamente nesta **dinâmica**.

– a concepção funcionalista da **morfologia** é particularmente original. A morfologia ocupa-se de todos os constrangimentos formais. Fala-se de constrangimento quando se fala de fenómenos ligados à forma mas não directamente ligados à elaboração do sentido, isto é, de variações não pertinentes. O estudo das variações do significante (por exemplo as variantes fr. *v[ais] ~all[ais]* do significado “aller” ou ptg. *vou ~ia de ir*) é um dos principais fenómenos de que se ocupa a morfologia. A delimitação da morfologia reflecte desta forma a convicção de que, no quadro do signo linguístico, o significante e o significado, ainda que estritamente ligados, não se situam no mesmo plano. Uma vez que se encontra identificado um signo linguístico por intermédio do seu significante, só conta o significado.

Para o funcionalismo contemporâneo, como já assinali, a variação é inerente a todas as línguas a todo o momento da sua evolução. É por isso que, indo além de Saussure, que considera a sincronia das línguas estática, se postulou a sincronia dinâmica.¹⁰ A dinâmica das línguas observa-se precisamente na presença simultânea de formas diversas, o que indica que não há somente **uma** estrutura e **um** sistema, mas que em pura sincronia a língua funciona como uma **estrutura múltipla** e como uma coexistência simultânea de vários sistemas. É claro que estas tomadas de posição indicam o abandono, há já muito tempo, da oposição saussuriana entre *langue* e *parole*. Estudando esta dinâmica o linguista tentará identificar os factores a que estão ligadas tais variações. Notar-se-á que algumas variações estão ligadas ora a factores sociais, ora a factores geográficos, de idade, de nível de instrução, de situação de comunicação ou outros, conforme o caso.

¹⁰ Ver André MARTINET, “Diachronie et synchronie dynamique”, in *Évolution des langues et reconstruction*, Paris, PUF, 1975, p. 5-10; André MARTINET, *Fonction et dynamique des langues*, Paris, Armand Colin, 1989 (trad. portuguesa de Jorge Morais Barbosa e Maria Joana Vieira dos Santos, *Função e Dinâmica das Línguas*, Coimbra, Almedina, 1995); Henriette Walter, *La dynamique des phonèmes dans le lexique français contemporain*, Paris, France – Expansion, 1976.

c) Um modelo de gramática

Chego agora à terceira parte da minha exposição. Trata-se de reflectir sobre um modelo de gramática moderna que integraria as aquisições da linguística enquanto ciência e de nos interrogarmos se uma tal gramática poderia ou deveria ter em conta a dinâmica linguística.

Eu diria desde já que fazer evoluir o modelo da gramática à luz dos progressos científicos me parece uma necessidade. Ninguém aceitaria hoje andar num automóvel concebido segundo uma tecnologia dos anos trinta ou quarenta: tal ideia seria absurda. Não será, pois, absurdo querer educar os nossos jovens com gramáticas concebidas em épocas tão longínquas?

Temos de reconsiderar o modelo das nossas gramáticas não só porque é necessário ter em conta os progressos da disciplina mas também porque as sociedades e as línguas evoluem sem cessar.

Do ponto de vista que nos interessa aqui, isto é, do ponto de vista da dinâmica, as gramáticas eram concebidas até aos nossos dias como as obras que representavam **A** norma – com um “A” maiúsculo – da língua: a norma do bem falar e do bem escrever. Em suma, a língua de prestígio, à qual qualquer pessoa bem educada deveria adaptar-se e em função da qual a selecção social se deveria fazer. Neste tipo de gramática a língua é entendida como estática, uniforme e homogênea; as línguas não conformes à gramática são estigmatizadas e marginalizadas.

Mesmo na boca do fundador da nossa disciplina, Ferdinand de Saussure, a quem devemos a grande inovação metodológica de distinção entre sincronia e diacronia, o conceito de gramática continua ligado a uma visão estática. Lemos na página 185 do CLG:

“La linguistique statique ou descriptive d’un état de langue peut être appelée grammairie, dans le sens très précis et d’ailleurs usuel, qu’on trouve dans les expressions “grammaire du jeu d’échecs”, “grammaire de la Bourse”, et où il s’agit d’un objet complexe et systématique, mettant en jeu des valeurs co-existantes.”

Ou ainda: “Est synchronique tout ce qui rapporte à l’aspect statique de notre science, diachronique tout ce qui a trait aux évolutions” (p. 117).

Para Saussure, como acabámos de ver pelas citações, a sincronia é concebida como estática e a visão dinâmica fica exclusivamente reservada para a diacronia.

Uma das grandes conquistas da linguística funcional que praticamos é o conceito de sincronia dinâmica, que devemos ao nosso mestre André Martinet. André Martinet, que considera que a heterogeneidade é inerente a qualquer língua e que as variações linguísticas são o verdadeiro motor da mudança linguística, formulou, desde os anos 70, o conceito inovador de sincronia dinâmica. O que é original nesta visão dos factos é o relevo que se dá ao facto de a dinâmica se manifestar em plena sincronia. Da mesma forma, a estrutura já não é estática, mas comporta germes da sua evolução, como já disse, **a estrutura é múltipla**.

É a observação das variações de toda a natureza presentes a todo o momento em qualquer língua que nos permite colocar em evidência a dinâmica da língua em plena sincronia. É pois importante fazer aparecer numa gramática não só uma

norma mas a multiplicidade das normas praticadas pelos falantes tais quais se manifestam pelas variações das formas.

Numa língua tudo pode variar, mas, quaisquer que sejam as variações, o observador atento está em condições de reconhecer, a qualquer momento, em qualquer língua, um núcleo estável e zonas de variação. Ao lado destas estruturas nucleares que se podem qualificar como o que há de comum a todos os idiolectos e sociolectos de uma língua, é necessário munirmo-nos dos meios para estudar as variações.

É claro que não será possível numa obra dessas inventariar todas as variedades de uso possíveis, incluindo, por exemplo, as variedades regionais ou uma qualquer particularidade de um autor literário. Penso, contudo, que todo o uso real não especificamente marcado, do registo oral ou do escrito, deve ter o seu lugar na gramática, sem juízo de valor prévio do investigador. Em vez de eliminar esta ou aquela forma em nome de apriorismos de diferentes preconceitos linguísticos, dever-se-á fazer um esforço para poder recomendar, nas diversas situações de comunicação, oral e escrita, as formas mais adequadas em função das observações feitas previamente junto dos locutores.

Por exemplo, na *Grammaire fonctionnelle du français* (pp.129-30) colocam-se em evidência os diferentes meios para marcar o «accompli». Mostra-se como a complexidade das formas de pretérito levou os locutores a empregarem mais frequentemente o perfeito *il a pris la route* para marcar a acção que se desenrola no tempo acabado.

Mas, como o perfeito tanto pode exprimir o passado como a acção acabada, por exemplo em *Quand il A MANGÉ, il A PRIS la route*, para distinguir o “accompli” *il a mangé* do pretérito *il a pris la route* desenvolveu-se o que se chama o “surcomposé” *il a eu mangé*. A GFF adopta sobre este ponto uma atitude completamente descritiva e nada normativa, indicando a dinâmica da língua. Cito:

“Aujourd’hui, les usagers ne s’accordent pas en matière de surcomposé, non seulement dans leurs emplois oraux, mais aussi sur la forme à recommander en langue officielle. Pour les uns, seule est “correcte” la construction *Quand il A EU MANGÉ, il a pris la route* qui calque, avec le parfait en fonction de préterit, la forme usuelle dans la fiction écrite *Quand il EUT MANGÉ, il prit la route*. Pour les autres, seul est admissible *Quand j’AI MANGÉ, j’ai pris la route*” (p. 129).

Apresento de seguida um outro exemplo, embora virtual, pois imagino-o para a futura *Gramática Funcional do Português*, que está em preparação sob a direcção de Jorge Morais Barbosa. Num artigo recente, Jorge Morais Barbosa¹¹ mostra que os complexos constituídos pelo monema infinitivo e os verbos *haver* – p. ex. *há-de cantar* – e *ir* – p. ex. *vai cantar* –, aos quais é hábito chamar “locuções”, são, com efeito, sintemas. De seguida, o autor faz-nos ver, com bastantes exemplos de apoio, que em discurso o sentido destes complexos é equivalente ao sentido de monemas verbais:

- a) *Batem à porta. Quem será?* (verbo sozinho)
- b) *Batem à porta. Quem há-de ser?* (sintema)

¹¹ Jorge Morais BARBOSA, “Sintemas verbais portugueses: *ir* + «infinitivo» e *haver de* + «infinitivo»”, *Revista Portuguesa de Filologia*, vol. XXI, 1996-97, p. 229-239.

a) *Sintra ficará a uns três quilómetros daqui.* (verbo sozinho)

b) *Sintra há-de ficar a uns três quilómetros daqui.* (sintema).

Podemos assim concluir que numa futura gramática do português deverá ter lugar a dinâmica resultante do uso destas formas concorrentes.

Resta precisar que uma gramática, por muito abrangente que ela seja, não pode visar dar uma radioscopia completa do funcionamento de um estado de língua. A gramática tratará necessariamente do geral, tentará mostrar o que se encontra cristalizado, de forma certamente variável, no *corpus* da língua.

Em face de tal necessidade, o que é importante colocar em relevo é que, na maioria dos casos, as soluções são múltiplas, que há mais de uma maneira de nos exprimirmos e que o único critério para nos pronunciarmos sobre a aceitabilidade de uma expressão é o êxito da comunicação. Adoptar tal atitude equivale a proceder a uma revolução pedagógica, e a ela nos convida a linguística moderna.